

FNRE — FUNDO NACIONAL DE REABILITAÇÃO DO EDIFICADO ARQUITETURA, PATRIMÓNIO E PROJETO DE REABILITAÇÃO

José Aguiar, [info]

João Nuno Pernão, [info]

Teresa Cunha Ferreira, [info]

A preservação do património arquitetónico e urbanístico são hoje, na Europa, imperativos tanto culturais, como ambientais, ecológicos e económicos. O valor das construções antigas evolui e altera-se muito rapidamente, hoje classificamos como património objetos, conjuntos e sítios, partes extensivas da cidade ou paisagens que ontem julgávamos correntes, ou até vulgares. A acelerada extensão cronológica, geográfica e tipológica do conceito de património reflete-se na atual diversidade de categorias patrimoniais.

O património cultural é um desígnio e uma oportunidade, mas também um problema: na era da globalização e do auge da economia neoliberal explodiu o consumo de património¹, que se torna apetecível para novas indústrias dependentes do turismo massificado² e de um mercado imobiliário implacável. Intervenções imediatistas, muitas vezes traduzidas em fachadismo, tendem a reduzir a densidade narrativa das edificações, apagando irremediavelmente a sua autenticidade e a integridade, ao mesmo tempo que fazem ressurgir fenómenos de segregação social.

As construções antigas são entidades complexas e pluri-estratificadas com valores culturais, sociais, ambientais, económicos e tecnológicos, que o projeto tem de considerar e integrar, construindo com o construído. Considerando o edifício como um *palimpsesto* a ler e a interpretar, importa identificar os elementos arquitetónicos essenciais que

materializam a sua identidade e descodificar as suas *metamorfoses*³, evitando obliterar valores e criar desnecessárias antinomias, como quem procura desenhar uma nova poesia, que preserva antigos versos, e que nos (re)surge com íntima familiaridade.

Defendendo a especificidade de cada circunstância nunca generalizável⁴, no projeto sobre preexistências com valor cultural, apontam-se os seguintes passos metodológicos, inter-relacionáveis: (1) **conhecimento** exaustivo e rigoroso da preexistência; (2) **diagnóstico** de problemas, anomalias e dissonâncias; (3) **projeto** como ato de síntese analítica e criativa, fundado na seleção e salvaguarda de valores; (4) **obra**, adaptando e compatibilizando soluções, e privilegiando empresas com experiência no setor; (5) **conservação preventiva e manutenção** continuada ao longo do tempo. Desenhar neste contexto implica, portanto, documentar com rigor o antes (a preexistência), esclarecer o durante (sublinhando o que irá desaparecer materialmente da história) e fundamentar o depois, assegurando também os processos de inspeção e manutenção futuras: uma reabilitação bem sucedida é apenas uma das muitas intervenções que ocorrerão num edifício antigo a que seja dado um novo futuro. Projetar sobre o construído com valor cultural, implica representar e desenhar eficazmente a preexistência e fundamentar a coerência das alterações propostas, conjugando todas as intervenções de especialidade, procurando um

fio condutor entre novo-antigo e desenhando uma nova e contemporânea unidade arquitetónica (porque a interpretação histórica será sempre um ato de plena contemporaneidade, i.e. dependendo do *zeitgeist* em que ocorre)⁵. Sem pretensão prescritiva ou exaustiva, apontam-se abaixo alguns princípios metodológicos e processuais para a intervenção em preexistências com valor cultural.

VALOR, (RE)CONHECIMENTO E DOCUMENTAÇÃO

O desenvolvimento de um projeto de reabilitação em património (nacional ou local, em património urbanístico ou em conjuntos e sítios) parte sempre do reconhecimento e da avaliação da preexistência onde intervimos de acordo com uma teoria de valores (ver, por exemplo, o transposto na Lei Quadro do Património Português⁶).

¹ Françoise Choay — *Património e Mundialização*. Évora: Casa do Sul Editora/CHAIA, 2005.

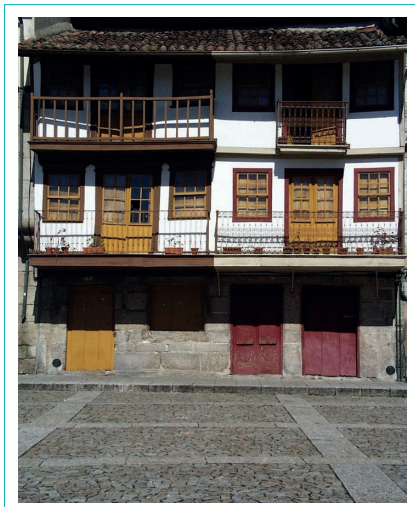
² Javier Rivera Blanco — *De Varia Restauratione. Teoría e Historia da la Restauración de la Arquitectónica*. Valladolid: Editorial América Ibérica, 2001, p. 187.

³ Anton Capitel — *Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración*. Madrid: Alianza Forma, 1992.

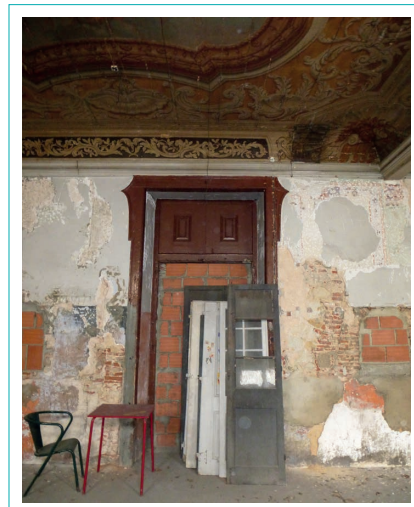
⁴ Alexandre Alves Costa — “O Património entre a aposta arriscada e a confiança nascida da intimidade”, in *Jornal dos Arquitectos*, n.º 213. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2003, p. 7-13.

⁵ Alois Riegl, *Le culte moderne des monuments, Son essence et sa genèse*, Paris, Éditions du Seuil, 1984 [1903];

⁶ Veja-se a Lei quadro da política e do regime de protecção e valorização do património cultural [Lei 107/2001]. [...] Artigo 2.º



> 1



> 2

Os projetos de reabilitação devem identificar e documentar com rigor disciplinar a matriz tipológica, espaços e materialidades e elementos a salvaguardar, o que sempre depende de uma sólida capacidade de análise histórica e da seleção de valores. Referimo-nos aqui a um conhecimento exaustivo e rigoroso das preexistências recorrendo a fontes indiretas (estudos documentais, arquivísticos, cartográficos, iconográficos, conhecimento oral, etc.) e a fontes diretas (o estudo *in loco* da obra, i.e. através da arqueologia da arquitetura). No caso da existência de elementos de índole patrimonial e/ou artística cuja especificidade ultrapasse o conhecimento do projetista, este deverá sempre socorrer-se da opinião e validação dum especialista dessa área.

FIRMITAS, UTILITAS, VENUSTAS

Se aceitarmos a síntese Vitruviana, segundo a qual a definição da própria Arquitetura se resolve como uma arte eminentemente funcional (na resolução prática dos usos) e conceptual (através do projecto), implicando uma íntima fundamentação entre *firmitas*, *utilitas* e *venustas*, podemos fazer a crítica de que na reabilitação do século XX e do início do

século XXI nos concentramos, algo obsessivamente, nos problemas da salvaguarda das formas e imagens, sobretudo das fachadas, muitas vezes esquecendo matriz tipológica da edificação, a lógica da organização dos seus espaços, na sua íntima relação com uma cultura da construção e os seus específicos valores materiais e construtivos, resultando em intervenções epidérmicas (*fachadismo*).

O VALOR CULTURAL DA CONSTRUÇÃO PREEXISTENTE, OU CONSTRUIR COM O CONSTRUÍDO

Aquilo a que se chama *fachadismo* – a destruição de um edifício com qualidade espacial e construtiva preservando apenas as fachadas – implica graves perdas de valor patrimonial e cultural, por perda de autenticidade de integridade (excesso de demolições, de repristinação e renovação). Por essas razões, mas também pela evolução da ciência da construção, que reconhece cada vez mais a necessidade de conhecer a história da construção e garantir processos de compatibilidade funcional, física e química entre estruturas e construções de diversos tempos, hoje considera-se inadmissível desconsiderar as materialidades e os valores construtivos preexistentes.

CONTEXTO E ESPAÇO ENVOLVENTE

Qualquer edifício, nomeadamente aqueles a que atribuímos valor cultural, estabelece sempre relações particulares com o seu contexto e espaços envolventes. Para além da regulamentação de cercas – muitas vezes o aspecto a que se dá mais importância em ações de reabilitação –, é necessário atentar também ao contexto envolvente e à lógica de coerência de conjunto maior do que o valor específico de cada unidade *per se*.

ADEQUAÇÃO DOS PROGRAMAS AOS ESPAÇOS PREEXISTENTES

A reabilitação obriga sempre a estudar-se previamente as reais capacidades espaciais e funcionais das preexistências. Isto é, analisar que usos se podem acolher sem grandes transformações espaciais, estruturais e construtivas da edificação preexistente, para integrar harmonicamente novas funções, assim adequadas, mais do que forçar as edificações antigas a alterações profundíssimas para poderem resolver programas e usos grandemente incompatíveis com as possibilidades tipológicas, dimensionais e volumétricas preexistentes.

PALIMPSESTOS

As cidades e arquiteturas antigas são palimpsestos e contêm em si estratos, sedimentos, testemunhos dos diversos tempos, revelando marcas, permanências, transformações e lacunas que compõem a sua história e paisagem urbana. Os edifícios com valor raramente foram construídos num único momento, nas suas materialidades é usual reconhecermos estratigrafias de diversos tempos, constituindo verdadeiros palimpsestos.

PRESERVAÇÃO DOS ESPAÇOS COMUNS NOS EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO

Os edifícios habitacionais contêm, até à recente aplicação da regulamentação de Segurança contra Risco de Incêndios, um património notável referente à qualificação dos espaços de entrada e a sua continuidade nas circulações verticais, por exemplo, nas soluções de iluminação zenital, com notáveis soluções formais e construtivas para obtenção de luz natural e ventilação através de claraboias, lanternins, entre outros.

REVESTIMENTOS, DECORAÇÃO, ORNAMENTOS, SUPERFÍCIES, TEXTURAS

Os ornamentos de diverso tipo em interiores e exteriores (azulejaria, trabalhos de massa e estuques, existência de esgrafitos ou de texturas peculiares, pinturas ou guarnecimentos com cor, etc.) devem ser preservados, tanto no interior como no exterior, resolvendo as lacunas existentes com técnicas de restauro, assegurando a coerência das composições e os diversos tipos de texturas e formas de acabamento e apenas ser removidos e substituídos por cópias se essa for a única forma de garantir a sua preservação futura.

REVESTIMENTOS, DECORAÇÃO, ORNAMENTOS, SUPERFÍCIES, TEXTURAS

Os ornamentos de diverso tipo em interiores e exteriores (azulejaria, trabalhos de massa e

estuques, existência de esgrafitos ou de texturas peculiares, pinturas ou guarnecimentos com cor, etc.) devem ser preservados, tanto no interior como no exterior, resolvendo as lacunas existentes com técnicas de restauro, assegurando a coerência das composições e os diversos tipos de texturas e formas de acabamento e apenas ser removidos e substituídos por cópias se essa for a única forma de garantir a sua preservação futura.

COR E LUZ

Os materiais de revestimento, a cor, a textura, o nível de brilho das tintas, são elementos da comunicação da arquitetura fundados numa Geografia da Cor, em que cada região utiliza os recursos que tem à sua disposição (terras, pedras e outros materiais locais) e que a torna diferenciável relativamente a qualquer outra. Esta especificidade de cada local e que se estende dos revestimentos aos pavimentos e a outros elementos do espaço público urbano, é ainda bastante visível em Portugal e deve ser preservada.

Devem ser cuidadosamente pensadas a iluminação interior e exterior (evitando inversão da marcação de sombras, como sucede com a iluminação rasante e intensa a partir do solo). As temperaturas de luz de algumas novas soluções como os LED pode ser demasiado fria e de intensidade excessiva (focos de excessiva luminosidade) afetando a comodidade do uso.

PATRIMÓNIO DO SÉCULO XX

A Arquitetura do século XX aplicou novas soluções construtivas e materiais industrializados — o betão á vista, uma profusão de metais e diferentes tipos de vidro, os plásticos e os vinílicos, etc. — ou reconverteu materiais tradicionais, reaplicados de forma inovadora. A vulnerabilidade e rápida degradação de algumas destas técnicas construtivas materialidades (muitas vezes experimentais) implica análise cuidada e estudo de compatibilidades, levantando importantes problemas de conservação e reparação. As formas e geometrias, aventureiras, colocam hoje grandes

dificuldades na melhoria do conforto, pois a aplicação de revestimentos pelo exterior altera enormemente as qualidades dessas formas, ou a alteração de caixilharias e tipos específicos de vidro.

MADEIRA

Na reabilitação de edifícios é sempre importante ter em consideração que os materiais existentes, como as madeiras aplicadas, são, em geral, de melhor qualidade do que aquelas que se irão aplicar de novo (muitas vezes aglomerados de duração muito mais limitada) e, ao contrário do que se advoga correntemente, a madeira tem qualidades térmicas e boa resistência ao fogo. A pretexto duma arquitetura mais “clean” (minimalista?) perdem-se, na reabilitação corrente, qualidades estéticas e de conforto que não serão repetíveis.

CAIXILHARIAS, SERRILHARIAS, FERRAGENS

As caixilharias e serrilharias têm uma grande importância para a composição das fachadas: as dimensões, proporções, espessura e ritmo dos caixilhos correspondem a distintos períodos históricos, assim como sucede com distinto tipo de formas das guardas (em ferro estirado, fundido ou forjado). O mesmo sucede nos interiores com a manutenção das portadas e diverso tipo de ferragens, por vezes insubstituíveis.

INSTALAÇÕES TÉCNICAS E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Muitos edifícios preexistentes têm bom comportamento passivo (boa inércia nas paredes exteriores, bom isolamento térmico, sistemas de ventilação natural) e é possível reutilizar antigas instalações técnicas ou usar as suas condutas e ramais. Esta compreensão holística e a compatibilização das instalações a incluir, procurando a sua conciliação com os valores patrimoniais (através de um ‘conforto adaptativo’ ou da ‘minimização’ do desconforto), terá benefícios no custo da obra e na preservação

da sua integridade e autenticidade.

CONSERVADORES-RESTAURADORES NO PROJECTO E NA OBRA

Com o desaparecimento da antiga e qualificada mão-de-obra, importa tanto no projecto como em obra reforçar a interdisciplinaridade da sua prática e recorrer à nova disciplina da Conservação e aos seus agentes (os Conservadores-Restauradores) para em conjunto definir soluções de intervenção mais orientadas para o salvamento do que para a demolição.

PLANOS DE MANUTENÇÃO

Um dos atuais desafios na preservação do património edificado consiste na implemen-

tação de planos de conservação preventiva e de manutenção. Os Planos de Manutenção – através dos Manuais de Manutenção e Manuais de Utilização – englobam um vasto conjunto de operações – inspeção, reparação, limpeza, uso, etc. -, diretas ou indiretas, mais simples ou qualificadas, variáveis na sua periodicidade.

NOTA FINAL

A intervenção em preexistências lida com uma variedade de questões e fatores, das opções conceptuais às soluções materiais e construtivas (compatibilidades, reversibilidades, etc.) em diversas escalas (da estrutura ao valor dos revestimentos, da cor, da textura, do brilho e da luz), passando pela melhoria do desempenho funcional também em múltiplas áreas (do conforto à higiene, segurança e energia, etc.),

minimizando os seus conflitos numa arte da conjugação que resulta numa síntese crítica, isto é, o projeto.

Em época de grande mediatismo autoral na Arquitetura importa recordar as palavras de Álvaro Siza: na reabilitação “há um requisito obrigatório, que é (...) a absoluta integridade”⁷, resistindo à tendência de deixar a “assinatura” do arquiteto na recuperação que faz⁸. ■

Os autores escrevem de acordo com a antiga ortografia.

⁷ “No trabalho de recuperação há um requisito obrigatório que é, em minha opinião, a absoluta integridade. Álvaro Siza, *Conferencia para el CAH20*, in *Intervention Approaches in the 20th-Century Architectural Heritage*. International Conference CAH20th, Madrid, 2011, p. 188.

⁸ Álvaro Siza, 2005. *Recuperação e Manutenção*. in Costa, Aníbal [et al.] – *A intervenção no Património. Práticas de Conservação e Reabilitação*. Porto: FEUP, 2005. p. 21.